Entre a luz e a escuridão: considerações sobre o Iluminismo e a instrução das mulheres

ALAN RICARDO DUARTE PEREIRA*

CAMILA SILVA CABRAL**

Resumo: O presente artigo busca realizar algumas reflexões introdutórias sobre a educação da mulher no século XVIII, nomeadamente no período conhecido como o Iluminismo. Assim, o recorte para desenvolver tal reflexão em torno da educação da mulher durante o Iluminismo está ancorado, por sua vez, em obras coevas. Mais exatamente, escolheu-se a obra do filósofo Jean-Jacques Rousseau, *Emílio, ou da Educação* e, de outro lado, a obra da autora Mary Wollstonecraft, *Reivindicação dos direitos das mulheres*. Ambas as obras são do século XVIII e retratam, em maior ou menor grau, concepções e valores predominantes na sociedade durante o Iluminismo.

Palavras chave: Iluminismo; Mulher; Educação; Modernidade.

Abstract: This article aims to make introductory reflections on the education of women in the 18th century, namely in the period known as Enlightenment. Therefore, the clipping to develop such reflection around the education of women during the Enlightenment is anchored, in turn, in coeval works. More precisely were chosen, on one hand, the writings of the philosopher Jean-Jacques Rousseau, "Emile, or On Education" and, on the other, the writings of the author Mary Wollstonecraft, "A Vindication ff the Rights of Women". Both works are from the 18th century and depict, to a greater or lesser extent, prevailing societal conceptions and values during the Enlightenment.

Key words: Enlightenment; Woman; Education; Modernity.

* **ALAN RICARDO DUARTE PEREIRA** é doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Bolsista da Capes.

** **CAMILA SILVA CABRAL** é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Mary Wollstonecraft em 1790–1, por John Opie. Disponível em: http://www.tate.org.uk/art/artworks/opie-mary-wollstonecraft-mrs-william-godwin-n01167. Acesso:09/12/17

Introdução

A educação comporta uma variedade de significados e funções que, de acordo com a perspectiva em jogo, pode representar uma via de ascensão social, conformação cultural e social, esclarecimento – o caso do Iluminismo do século XVIII –, transformação da consciência e do mundo material, entre outros aspectos. No bojo das definições e dos significados mais recorrentes para a educação, encontra-se, querendo ou não, a vinculação da educação com a modernidade. Dito de outra forma, é comum se referir à educação como um processo de formação do indivíduo e que gera, necessariamente, transformação. Expressões cotidianas – "sem educação não tem futuro", "a solução para os problemas sociais vem da educação", "um país verdadeiramente rico do ponto de vista econômico e cultural é um país com educação de qualidade" – traduzem esse ideal de educação. Assim, quando se fala em educação recorre-se ao aspecto da transformação social e, sobretudo, da instituição formal cuja responsabilidade é educar, isto é, a escola.

Nesse contexto, é lícito dizer que, a partir do movimento iluminista, a educação se

tornou o centro nevrálgico da emancipação intelectual. Pensar criticamente era apropriar-se, antes de qualquer coisa, dos rudimentos do conhecimento científico para explicar o mundo e seus fenômenos. Entendemos, de antemão, que o movimento iluminista cristalizou duas ideias: em primeiro lugar, a noção que a educação tinha como principal objetivo gerar transformação social e, em segundo lugar, a institucionalização da escola como lugar para atingir seus objetivos. Com efeito, durante o século XVIII o Iluminismo levou a educação às últimas consequências ao postular que o esclarecimento e a transformação social surgiriam por intermédio da escola.

Não somente isso, o projeto da educação como meio de emancipação surge, sem dúvida, com a modernidade. Na verdade, a educação antes de ser um projeto exclusivo do Iluminismo é, no entanto, parte de uma proposta mais ampla que encontra justamente na modernidade sua versão mais elaborada e sistematizada. Desse modo, conforme aponta Souza (2015, p. 121), a modernidade colocou como centro do seu projeto civilizatório a educação e, consequentemente, a instituição escolar. Ser moderno era, fundamentalmente, ter educação e entender que qualquer perspectiva de transformação vindoura – e, portanto, de futuro – passava, inevitavelmente, pela escola.

Afinal, o que é modernidade? Do ponto de vista histórico, a modernidade é identificada como um período que se inicia no século XVI e se consolida no final do século XVIII. É, sem dúvida, um longo período que gerou mudanças significativas na sociedade ocidental, cujas bases foram lançadas no campo intelectual, político e econômico. Num clássico estudo sobre a modernidade, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, Marshall Berman recupera a máxima de Marx e Engels e conceitua modernidade como um movimento que [...] promove aventura, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos [...] (BERMAN, 1988, p. 15). Como se vê, a ideia de modernidade trabalhada por Berman é caracterizada como um período de intensas transformações que elabora o novo a cada momento e, paradoxalmente, destrói esse novo para fazer surgir, num piscar de olhos, outro novo. Quer dizer, ser moderno é viver na oscilação entre paz e guerra, felicidade e infelicidade, segurança e medo. É, resumidamente, viver no paradoxo, na contradição, na ambiguidade e nas incertezas[1].

[1] Há muitas formas de conceituar a modernidade. Antes de qualquer coisa, há uma distinção entre moderno, modernidade e modernismo. Conforme esclarece Le Goff (1994, p. 174) na obra *História e memória*, moderno vem do latim, *modernus*, e deriva de dois radicais, *modu*s (agora mesmo) e *hodierno* ou *hodie* (hoje). Desse modo, moderno significa aquilo que se realiza no agora, no presente e que se contrapõe, portanto, ao velho. Por sua vez, modernidade carrega uma polissemia mais complexa e difícil de caracterizar. Há a conceituação do sociólogo Max Weber, em *Ensaio de sociologia*, que entende modernidade pela centralidade da racionalidade ou "razão instrumental" e também pela automatização das esferas de valores (separação entre o público e o privado). Por outro lado, no presente trabalho consideramos modernidade do ponto de vista histórico, ou seja, como um processo decorrente das transformações na sociedade ocidental entre os séculos XVI e XVIII. Nessa perspectiva, modernidade se configurou a partir de mudanças no campo político (contrato social ou a formação do Estado Moderno), econômico (nascimento do capitalismo) e cultural (centralidade da educação e da razão). Por último, a ideia de modernismo se refere ao movimento literário-artístico caudatário do século XX e, portanto, ligado às vanguardas intelectuais.

Em geral, há alguns indicadores para se identificar o processo modernizante na sociedade ocidental. Podem-se destacar três esferas que sustentaram a modernidade: os aspectos políticos, econômicos e culturais. Mais exatamente, a modernidade trouxe uma nova forma de organização política chamada genericamente de Estado nacional. Segundo Paula (2000, p. 16), o Estado moderno é caracterizado pela autonomia em relação a outras esferas – como, por exemplo, a esfera religiosa e/ou econômica – e detém o poder normatizador. Ou seja, o governante é aquele que, além de respaldar suas ações pelo direito, é responsável por perpetuar a hegemonia do interesse público sobre os interesses privados. Diante isso, a marca indelével do Estado moderno foi a defesa dos direitos públicos – ou do bem comum – frente aos interesses de ordem privada (BOBBIO, 2017, p. 15).

Por outro lado, a modernidade se distinguiu dos demais períodos históricos pelo desenvolvimento de uma nova ordem econômica, a saber: o capitalismo. Observamos que, diferente da sociedade da Antiguidade clássica e/ou medieval, é no período moderno que o modo de produzir e circular mercadorias adquiriu feições diferentes. A divisão do trabalho na produção, na qual o trabalhador não acompanhava mais todo o processo, e as técnicas introduzidas com a Revolução Industrial, fizeram da modernidade o berço do capitalismo. Ao mesmo tempo em que a indústria se tornou o lugar consagrado das relações entre trabalhador e proprietário – ou o burguês –, a cidade se metamorfoseou, por extensão, no espaço das sociabilidades modernas. Portanto, o símbolo maior da modernidade foi, eventualmente, a cidade com seus aparatos – comércio, indústrias, órgãos políticos, escolas, etc.

Outrossim, de todas as transformações vinculadas à modernidade é na ciência ou no pensamento intelectual que encontramos o solo mais fértil. Não há como falar de modernidade sem se referir minimamente aos grandes pensadores que se destacaram neste período: René Descartes, Francis Bacon, Galileu Galilei, Isaac Newton, etc. Foi a partir da ciência que as ideias sobre a modernidade floresceram e ganharam aceitação. Por conseguinte, a maioria dos autores da modernidade buscaram incansavelmente realizar uma profunda crítica às explicações religiosas e mitológicas. Com efeito, diante do processo de "desencantamento do mundo" – conforme asseverou Max Weber –, a modernidade colocou no centro do pensamento científico a chamada "razão instrumental". Na compreensão de Max Weber (1994) numa obra clássica, *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, a "razão instrumental" foi aquela que, durante a modernidade, lançou as bases para o desenvolvimento da ciência. De igual forma, a sociabilidade tecida na ordem capitalista orientou-se pela ciência e, sobretudo, a partir do cálculo e da relação entre meios e fins. Nesse sentido, Max Weber (1994) nos ajuda a entender a modernidade na medida em que identifica, mais ou menos entre os séculos XV até XVIII, uma "revolução" cultural no Ocidente. Quer dizer, nos termos do respectivo autor, o núcleo estruturante da modernidade trouxe a autonomização das esferas de valores: a ética, a ciência, a artes, entre outros aspectos.

Em face disso, a educação assumiu papel fundamental na modernidade. Ora, se a ciência se tornou uma das marcas do viver moderno, isso significa que tal modelo de sociedade precisava de instituições que garantissem uma formação racional. É, portanto, a partir

dessa perspectiva que podemos entender a ênfase que a modernidade – e, especialmente, o Iluminismo – dava à educação. Nesse sentido, observamos que esse período foi rico em fatos e estudos sobre a educação masculina. Mas deixa uma grande lacuna no quesito da educação feminina, constando poucos estudos e relatos sobre o tipo de educação designada às mulheres. Algumas questões surgem ao constatar tal aspecto: afinal, o projeto de educação da modernidade se refere exclusivamente aos homens? É a modernidade uma modernidade para homens? Qual o sentindo da palavra "educação universal" se, do ponto de vista social, as mulheres e demais classes subalternas não participaram do projeto de educação da modernidade? Diante disso, o presente artigo busca analisar a educação no período Iluminista e problematizar a persistência da concepção masculina como o sexo "único" e "digno" da educação durante a modernidade. Ao mesmo tempo, realiza-se uma incursão sobre o papel da mulher nas discussões sobre a educação. Mais exatamente, como forma de verticalizar a análise, o estudo se centrou nas obras de Mary Wollstonecraft e Jean-Jacques Rousseau, que tinham concepções antagônicas sobre o mesmo tema.

Iluminismo e a modernidade

Em linhas gerais, o Iluminismo surgiu na Europa e foi um movimento intelectual que marcou o século XVIII, também conhecido como *Século das Luzes*, em que se pregava a razão (luz) contra o Antigo Regime que foi considerado como *A idade das trevas* pelos renascentistas.

A Europa nesse século passou por grandes transformações. Em outras palavras, há o aparecimento da burguesia como principal classe do capitalismo e as mudanças que foram geradas em decorrência da Revolução Industrial. Nesse sentido, as ideias iluministas retomaram a razão como pilar no desenvolvimento social já introduzido pelos renascentistas, mas a ênfase não foi mais na contemplação do mundo e, sim, em conhecê-lo e dominá-lo. O Iluminismo se expandiu para outros países como, por exemplo, a Prússia que ainda era regida pelo Absolutismo monárquico. De tal sorte que os reis percebendo a crise que se alastrava e destruía esse regime, adotaram, por conseguinte, o que ficou conhecido como *despotismo ilustrado ou esclarecido*. Em resumo, tal regime de governo pressupunha que, politicamente, o rei continuava como soberano, mas com influências iluministas. Para tanto, segundo o historiador Anderson (1987), tratava de conciliar a secularização da vida com o poder religioso e, ao mesmo tempo, com o crescimento da burguesia e a decadência da nobreza.

No mesmo sentido, a autora Aranha (2006) ressalta que a política educacional ganhou centralidade nesse período em prol de escolas leigas (sem interferência religiosa), gratuitas e obrigatórias tendo como responsável o Estado. Muitos filósofos ascenderam nesse momento em defesa de suas tendências que tiveram influências no âmbito educacional, podendo citar o francês Diderot com a *Enciclopédia*. Na respectiva obra iluminista, a educação é tratada como uma esfera que se vincula com o Estado moderno e, enquanto tal, é um direito universal.

No contexto do Iluminismo, o filósofo Rousseau foi um dos principais defensores da educação. Suas obras – especialmente *Emílio ou da educação* – contribuíram com uma pedagogia ilustrada naturalista, na qual o sujeito da educação não era mais o professor e seu saber inquestionável, mas o aluno com

suas particularidades. Importante perceber que, durante o Iluminismo, Rousseau utilizou da pedagogia naturalista como uma proposta para a educação. *Grosso modo*, o naturalismo se relaciona com a busca da natureza do indivíduo e, mais exatamente, a sua vocação humana. A educação proposta por ele frisa a espontaneidade original, que o indivíduo domine a si próprio. No entanto, para esse pensador iluminista a educação também tinha seu lado negativo, pois colocava a criança em contato com os vícios mundanos.

Século XVIII: educação ou instrução do sexo feminino?

Em conformidade com Arilda Ines M. Ribeiro (2002), Sebastião José de Carvalho e Melo – também conhecido como o Marquês de Pombal – era um *déspota esclarecido* e fez inúmeras reformas em Portugal durante o governo do rei D. José I. Além das reformas de cariz mercantilista e secular introduzidas em Portugal em pleno século XVIII, a mudança mais significativa provocada por Pombal foi, no entanto, na área da educação. Pombal instituiu o que ele denominou de aulas régias[2] e estruturou os chamados Estudos *Menores*[3] – e mais tarde criou os Estudos *Maiores*[4]. Apesar disso, essas reformas não fizerem referência à educação da mulher e tampouco criaram escolas régias para o sexo feminino.

De acordo com Adão *apud* Ribeiro,

> Na verdade, o ensino feminino não mereceu então dos meios governamentais uma atenção especial, cabendo a ordens religiosas provenientes da França (Ursulinas e Visitação) o mérito de terem concorrido para a educação de algumas raparigas portuguesas (1996, p. 87).

Aos homens era dedicado um futuro brilhante. Estudavam desde pequenos, ingressavam em universidades e tornavam-se filósofos, escritores, médicos, participavam de debates intelectuais, tinham status social. Consoante Ribeiro (2002), mesmo não tendo uma educação específica para mulheres, já iniciara a necessidade de escolas femininas no século XVIII. No fundo e mais concretamente, nada foi feito em relação à educação das mulheres, visto que, de modo geral, nessa época tinha-se a visão de que a mulher não poderia ter uma ascensão social em relação ao homem. Isso se traduziu em termos de erudição, pois ser cientista ou portador de conhecimentos sublimes recaía socialmente ao homem. Essa imagem cristalizou-se profundamente na época do Iluminismo quando, de fato, o pensamento científico encontrou um solo fértil no berço da burguesia nascente. Procurava-se uma nova explicação para os fenômenos do mundo e, diante disso, a ciência se apresentou como uma narrativa plausível para o entendimento das coisas. Nesse sentido, a vinculação do "homem culto" coincidiu com o movimento Iluminista.

Ademais, atinente à educação nesse período nota-se que era difícil ou praticamente inexistente ter mulheres na roda dos iluministas. Mais grave ainda eram as academias criadas especificamente para leitura de obras filosóficas que contavam genericamente com a presença de homens. Por conseguinte, as poucas mulheres que

[2] A utilização do termo "régias" explica-se porque a instituição escolar pertencia a partir de então ao Estado e não tinha influência da religião.
[3]Estudos Menores é semelhante ao ensino fundamental e médio.
[4] Nessa reformulação de ensino, era ministrada a língua moderna, matemática e ciências da natureza.

conseguiam adentrar nesses nichos intelectuais eram severamente criticadas e tratadas, não raro, com descaso. Observa-se que professores do sexo masculino trabalhavam e faziam as mesmas tarefas das professoras, no entanto, sua condição econômica e, sobretudo, a questão de gênero incidia diretamente no reconhecimento social de seu trabalho. As mulheres que se "aventuravam" a ir contra as concepções da época e se fixavam nessa carreira, deveriam ensinar a fiar, bordar, cozinhar, cortar. Ou seja, recaía sobre as mulheres funções essencialmente domésticas, a fim de se tornarem boas esposas e, consequentemente, mães. Como informa Arilda Ribeiro,

> Constava na proposta que os professores do sexo masculino recebiam 90$000 réis e as mestras 60$000 mil réis. Portanto, as professoras receberiam 30$000 a menos que os colegas de profissão, realizando, contudo, as mesmas tarefas educativas (2002, p. 36).

Segundo Jean-Pierre Goubert (2007), a sociedade francesa no final do século XVIII ainda vivia com a presença religiosa no seio familiar. A família era regida perante os preceitos católicos, ou seja, a figura da mulher estava calcada num modelo bíblico. Para tanto, é importante salientar que compreender o contexto educacional feminino da época não provém apenas de obras e relatos, mas também de produções cinematográficas. Quer dizer, além dos relatos coevos e obras históricas, também é legítimo dizer que se pode compreender o respectivo período – ou as representações dele – a partir da narrativa cinematográfica. É, portanto, o caso do filme *O amante da rainha* (Dinamarca, 2012), de Nikolaj Arcel que retrata o contexto do pensamento provindo do Iluminismo.

Em termos gerais, no filme a rainha Carolina Matilde se casou com o rei Christian VII da Dinamarca e, desde tenra idade, foi criada unicamente para um momento: o casamento. Sua educação abarcava modos de uma moça saber falar e se portar perante o marido e a sociedade, maneiras de se vestir, dotes específicos de aquisição – como, por exemplo, saber tocar algum tipo de instrumento erudito – e prover filhos da relação conjugal. Era uma infâmia social às mulheres – em especial aquelas ligadas a realeza – ter relacionamentos fora do casamento, enquanto o rei se encontrava nos prostíbulos da época sem nenhum tipo de mácula para sua honra.

Ademais, as mulheres da elite gozavam de alguns privilégios. Mais exatamente, Carolina, por conta de seu nível social, era erudita. Tinha acessos a livros e demonstrava enorme apreço pela leitura. Interessava-se por livros do filósofo Voltaire e sofreu ao chegar à Dinamarca e ter seus livros censurados por conta do conteúdo ser considerado "inadequado". Observa-se, portanto, que o filme *O amante da rainha* apesar de ser uma obra cinematográfica carregada de elementos ficcionais ou pouco verossímeis, permite, por outro lado, pensar a condição da mulher do século XVIII face à atmosfera do Iluminismo. Resumidamente, partindo do filme podemos inferir que, do ponto de vista social, para a mulher era esperado que aprendesse e estudasse na medida em que isso acompanhasse seu trabalho no lar e o relacionamento no casamento. Antes de ser uma mulher erudita que escrevesse obras ou participasse dos debates intelectuais do período, o fundamental era, em síntese, ser boa mãe e companheira. Desse modo, o estudo lapidaria o comportamento da mulher para, em seguida, servir ao marido.

Em face disso, uma pergunta abre-se para pensarmos o século XVIII: o que foi entendido por educação naquele período? Antes de responder a isso, é imprescindível conceituar o termo educação. Com efeito, entende-se que o termo educação se refere, em primeiro lugar, ao ato de alimentar, cuidar, criar (*educare*) e também como um processo de conduzir para fora, tirar para fora e modificar de estado (*educere*). Em segundo lugar, o autor Libâneo (2010, p.72) esclarece que esses termos desembocam na conceituação mais clássica sobre o processo de educação: transformação e/ou adaptação dos indivíduos aos comportamentos e regras sociais. Indica que educação é, antes de qualquer coisa, conformação do indivíduo à sociedade na qual estão inseridos. Ao mesmo tempo, a educação é a transmissão de conhecimentos aceitos socialmente com uma carga de sistematização que os eleva ao patamar dito científico.

Com esse entendimento, é possível identificar que a educação iluminista se referiu ao sexo masculino em virtude de seu *status* de destaque na sociedade que lhe possibilitava elevado nível de desenvolvimento. Entretanto, ao invés de utilizar o termo educação como um processo de conformação e transmissão de conhecimento, o mais adequado para se referir à mulher é, com efeito, o termo "instrução". Assim, o que diferencia educação de instrução baseia-se no pressuposto de que o primeiro envolve uma dimensão formal. Em outras palavras, educação no contexto do século XVIII relaciona-se diretamente com a escola e os espaços destinados à transmissão do saber – por exemplo, academias, universidades, encontros filosóficos, etc.

Por outro lado, instrução é um termo que carrega um sentido mais informal, um saber adquirido por vias indiretas e que correspondia, naquela conjuntura do Antigo Regime, à educação doméstica. Portanto, fica claro que as mulheres recebiam na maioria dos casos instrução e dificilmente tinham acesso aos espaços formais de educação. Vale lembrar que, ao falar em instrução da mulher, não se pode estender esse termo para todas as mulheres daquele período. Dito de outra forma, a instrução das mulheres recaía, quase sempre, naquelas pertencentes à nobreza e, mais normalmente, à realeza. Eram ensinadas a serem damas e aprendiam noções de etiqueta, tocar instrumentos eruditos como forma de atributo especial que possibilitasse encontrar um bom marido, formas de saber e portar-se com o esposo e também perante a sociedade. Mais do que isso, a presença de homens nas universidades e demais centros de saber era, na Europa do século XVIII, onipresente. Sendo assim, é possível, sem cometer anacronismos, identificar que a instrução das mulheres era voltada para atividades que contribuíam aos afazeres do âmbito doméstico.

A instrução de Emílio e Sofia ou a educação feminina e masculina durante o Iluminismo

O filósofo Jean-Jacques Rousseau escreveu a famosa obra *Emílio, ou da educação* em 1762, na qual cria o personagem Emílio apenas como exemplo para se referir à educação dos homens. Implicitamente é possível perceber, logo de imediato, as concepções de Rousseau analisando os capítulos da obra em que se dedica à educação masculina. Sua obra é composta por cinco livros (capítulos) e somente o último é destinado à instrução de Sofia (representação das mulheres). É notável que fosse preciso falar da instrução de Sofia apenas como consequência, pois Emílio deveria um

dia casar-se e seria necessário uma pequena parte de seu livro para abarcar a instrução feminina.

Nesse sentido, Rousseau deixa claro que há semelhanças e também diferenças entre os dois sexos. Assemelham-se por terem as mesmas constituições biológicas de órgãos, necessidades, mas são diferentes no que se refere ao tipo de educação. Há, na sua compreensão, um tipo específico de educação para mulheres e para os homens, pois um deve ser ativo e forte, enquanto o outro passivo e fraco. Nesse sentido, Sofia é feita essencialmente para agradar Emílio e ele, por sua vez, pode escolher se deseja agradá-la ou não.

Na acepção de Rousseau (1995), o que predomina como característica indelével de Sofia foi, essencialmente, o fato de ser portadora de uma facilidade de impressionar, encantar e seduzir os homens. Por conseguinte, os que se deixam levar por ela são vistos como meras vítimas a caminho da morte. Segundo Rousseau (1995, p. 428), "se os animais não têm pudor, o que se dirá das mulheres?" Sofia comporta desejos e seduções incessantes, ao passo que Emílio as paixões moderadas e a razão. Este sexo forte depende do mais fraco, pois o forte só é vitorioso se o fraco permitir ou ordenar. E não pode ser compreendido como uma mera generosidade, e sim fato incontestável da natureza. Percebe-se mais nitidamente pela narrativa de Rousseau que Sofia é dominada não porque os homens quiseram assim, mas porque a natureza, antes de qualquer coisa, lhe fez assim. Isto é, a fez para desempenhar de forma correta a funções determinantes de seu sexo. Assim,

> Tudo a leva sem cessar a seu sexo, e, para bem desempenhar as funções, precisam uma constituição que se prenda a ele; precisam cuidados durante a gravidez, precisam repouso quando do parto; precisam de vida fácil e sedentária para aleitar os filhos; precisam, para bem os educar, paciência e doçura, um zelo e uma afeição que nada perturbe; só elas servem de ligação entre eles e os pais, só elas os fazem amá-los e lhes dão a confiança de considerá-los seus. Quanta ternura e cuidado não precisam para manter a união em toda a família! E, finalmente, tudo isso não deve ser virtudes, mas sim gostos, sem o que a espécie humana seria dentro em breve destruída (ROUSSEAU, 1995, p. 428).

Para Rousseau, o homem é, por natureza, superior às mulheres. Na sua compreensão, ao saber disso as mulheres não devem se queixar das desigualdades ou injustiças, mas é preciso aceitar sua condição e se manterem fiéis aos maridos – caso contrário poderá causar intrigas nas relações familiares, enquanto ao homem infiel será apenas injusto e bárbaro. A infidelidade feminina suscitará o julgamento do marido e também da sociedade, pois o mais importante é um pai dar carinho ao filho na certeza de que é seu legitimamente.

Para tanto, o filósofo francês enfatiza que os dois sexos são diferentes e que, portanto, é uma declaração em vão querer compará-los. Ao mesmo tempo, não se pode falar que a educação masculina será igual à educação feminina, uma vez que, do ponto de vista natural, Rousseau considera que o homem é superior e precisa receber uma educação mais sofisticada a fim de desenvolver suas aptidões. Consequentemente, resta à mulher ser julgada, amar e cultivar seu espírito como também o rosto. Nas suas palavras,

> Pela própria lei da natureza, as mulheres, tanto por elas como por seus filhos, estão à mercê do julgamento do homem: não basta

> que sejam bem-comportadas, é preciso que sejam reconhecidas como tal; sua honra não está apenas na sua conduta, está na sua reputação, e não é possível que a que consente em passar por infame seja um dia honesta. O homem, agindo bem, não depende senão de si e pode desafiar o juízo público; mas a mulher, agindo bem, só cumpre metade de sua tarefa, e o que pensam dela lhe importa tanto quanto o que é efetivamente (ROUSSEAU, 1995, p. 432).

Desse modo, é possível perceber o tipo de instrução destinada às mulheres na perspectiva de Rousseau. Ou seja, deve-se sempre priorizar pela boa conduta e a reputação, uma vez que será julgada pelo homem caso tenha um passado, como o próprio diz, "infame". São instruídas a serem submissas ao homem; podem e devem gozar de pouca liberdade, pois se excedem, são mais extremas que os rapazes; é preciso "freio" em sua educação, não que seja proibido se divertirem, e sim, que o homem tenha controle mais intenso sobre as mulheres; é necessário interromper suas atividades prazerosas e levá-las a outras ocupações sem que haja protesto de sua parte para que aprendam a serem obedientes ao seu cônjuge.

Nesse contexto, Mary Wollstonecraft foi uma autora que se destacou em sua época por ser uma das poucas de seu sexo que não se "calou" perante a supremacia do poder masculino. Podemos dizer que ela "deu voz" a todas as mulheres oprimidas que se deixavam ser subalternizadas perante a vontade do homem. Sua obra de maior fôlego, *Reivindicação dos direitos das mulheres*, foi uma forma de criticar os pensamentos em voga na época e aos escritores que colocavam as mulheres como seres inferiores, desprovidos de capacidade intelectual. Sem dúvida, a maioria de suas críticas foram endereçadas ao filósofo Rousseau.

Ademais, Wollstonecraft relata em seu livro que as mulheres aprendiam no âmbito familiar – um ensinamento oriundo geralmente das mães – que deveriam ser suaves e obedientes. Segundo a concepção vigente na época, acreditava-se que o diferencial na constituição natural da mulher era que, ao nascerem, carregavam uma poderosa arma capaz de suplantar sua inferioridade: a beleza. Se soubesse utilizá-la nas relações sociais poderia, sem embargo, conquistar tatus, riqueza e arrematar uma boa aliança matrimonial com homens da aristocracia ou da burguesia.

Nota-se que, em vários momentos, Wollstonecraft coloca seu ponto de vista de como deveriam ser educadas as mulheres: primeiramente, enquanto elas não renunciassem ao poder arbitrário da beleza, apenas estariam afirmando ter menos inteligência que os homens. Seu principal argumento na defesa dos direitos femininos era que: a mulher tem direito à educação formal sem que isso signifique apenas desenvolver seu lado materno como mãe ou aprimorar seus afazeres domésticos. Ser educada, ler filósofos e debater ideias não pressuponha, na perspectiva de Wollstonecraft, uma qualidade ligada diretamente à figura da mãe. Há, portanto, uma dissociação entre a mulher e a mãe, isto é, ser boa mãe não significa ser boa mulher, como também ser boa mulher não é, necessariamente, ser boa mãe. A educação é o primeiro princípio que a mulher deve percorrer, pois a emancipação intelectual não se consegue desempenhando funções domésticas. Ao contrário, na compreensão dela a educação formal é uma vida de libertação. Assim, pode-se verificar que Wollstonecraft reproduziu a máxima do

Iluminismo: a educação como emancipação ou esclarecimento.

Nesse sentido, Wollstonecraft questiona como pode a sociedade esperar que a mulher colabore sendo que, ao mesmo tempo, não sabe o motivo das coisas e tampouco fornece elementos para compreender o mundo. Por conseguinte, a autora reconhece que, naquele período, as mulheres passavam grande parte da infância adquirindo habilidades superficiais, enquanto a força do corpo e da mente não era estimulada, sendo priorizada apenas a beleza, pois era o "trunfo" para ter um matrimônio, a única forma de ascenderem no mundo. *Grosso modo,* Wollstonecraft argumentava que se o desejo realmente das mulheres era o casamento e se com ele sentir-se-iam realizadas que isso se concretizasse sem nenhum obstáculo. No entanto, se alguma mulher almejasse algo a mais, então que as deixassem cultivar o entendimento. Em síntese, ao final de tudo a decisão deveria ser delas.

Nesse contexto, os escritores iluministas defendiam que a educação da mulher deveria ser dirigida com o objetivo de torná-las agradáveis, concepção extremamente criticada na obra. A educação apropriada, segundo Wollstonecraft (2016), faria com que a mulher suportasse viver sozinha caso não encontrasse um marido. Mais do que isso, uma mente formada lhe daria subsídios para compreender que, antes de ser uma mãe portadora de qualidades virtuosas, é uma mulher com desejos e direitos. Na compreensão da respectiva autora, é preciso deixar que as faculdades cognitivas das mulheres sejam desenvolvidas para depois determinar seu lugar na escala intelectual, tendo em mente que elas são portadoras de uma racionalidade. O elemento mais contrastante era que, naquela conjuntura, a sociedade determinava de antemão seu lugar sem antes avaliar seu potencial, como enuncia:

> Digo, sem fazer maiores declarações, que, se a Razão oferece sua sóbria luz, se as mulheres são realmente capazes de agir como criaturas racionais, que não sejam tratadas como escravas nem como animais que, submetidos ao homem, dependem de sua razão; mas, ao contrário, cultivem sua mente, deem a elas o limite sublime e salutar dos próprios que dependem apenas de Deus. Ensinem-nas, como aos homens, a se submeter à necessidade, em vez de atribuírem um sexo a moral para torná-las mais agradáveis (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 58).

Como se vê, a mulher deveria através da educação compreender que sua submissão deve ser apenas perante a razão e não ao homem. A virtude e o conhecimento deveriam ser o mesmo em ambos os sexos e que, a partir disso, era preciso desfazer a visão cristalizada que a mulher se define pela sua moral, seu bom comportamento e não pela sua racionalidade ou inteligência. Caso contrário, a humanidade sempre encontrará percalços em seu progresso enquanto elas não tiverem o mesmo ensino que promova seu desenvolvimento integral, assim como ao do homem.

No mesmo sentido, Mary Wollstonecraft também faz uma crítica aos pais. Se eles não estão preocupados com a educação de suas filhas, então que ao menos não lhe "encham" de noções equivocadas de beleza e de excelência feminina. A melhor forma de educar as filhas seria se as mães desconsiderarem a noção de educação feminina que Rousseau propõe em *Emilio, ou da educação*. Ou seja, a mulher fraca, passiva, a ideia de que ela foi feita para agradar e ser subjugada

pelo homem e sempre fazer-se agradável.

Percebe-se, assim, que boa parte da obra de Mary Wollstonecraft foi voltada para problematizar as ideias de Rousseau, mas também de outros autores que, segundo ela, carregavam o mesmo "tom". Basta observar outras obras como, por exemplo, do autor John Gregory que escreveu, em 1761, um dos livros mais populares da época sobre a conduta das mulheres, *A Father's Legacy To His Daughters*; além disso, outro autor criticado por Mary Wollstonecraft foi James Fordyce, clérigo presbiteriano escocês, poeta e autor de *Sermons to Young Women* (1765), dentre outros.

Considerações finais

Em linhas gerais, entende-se que o século XVIII foi, entre outros aspectos, o "século das luzes". Isso não significou que, naquele período, o campo religioso foi suplantando integralmente pelo discurso científico. Conforme nos lembra o historiador Falcon (1986), o próprio termo Iluminismo evocava um sentido religioso – *grosso modo*, a luta entre a luz e as trevas – e se firmou filosoficamente recorrendo e, por vezes, criticando os autores da Idade Média, como Santo Agostinho e Tomás de Aquino; por outro lado, o Renascimento, que ficou conhecido pela volta dos autores da Antiguidade clássica (Sócrates, Aristóteles, Platão, etc.), se manifestou dentro do campo religioso. Isso se torna claro ao perceber que na obra dos renascentistas – como Rafael, Michelangelo, Leonardo Da Vinci – a temática religiosa era abundante.

Nesse sentido, a representação da mulher e sua condição social no mundo foram se elaborando de acordo com a perspectiva religiosa. Segundo Sousa (2016), houve muitos autores cristãos que escreveram obras se ocupando com a figura da mulher e seu papel na sociedade. É, por exemplo, o caso de São Tomás de Aquino, que representou a mulher como sendo um ser essencialmente imperfeito e deficiente. Outras representações foram se formando em torno da figura da mulher, especialmente seu espectro ligado às figuras bíblicas. Incialmente na Idade Média predominou uma visão pejorativa da mulher. A vinculação da mulher com Eva e, consequentemente, a noção de pecado embalaram essas representações. No entanto, com a modernidade houve o aparecimento de uma nova concepção sobre a mulher: a Mãe de Deus, mulher virgem que deu à luz ao Filho de Deus. Aos poucos foi se firmando a importância de Maria no contexto cristão até se tornar, portanto, uma figura central com o culto mariano.

A modernidade não alterou substancialmente a representação da mulher na sociedade. Sem embargo, podemos falar de algumas mudanças na condição da mulher – como o caso de assumirem, aqui ou ali, empregos como professoras –, mas o que prevaleceu foi, certamente, a ideia da mulher-mãe. Embora o Iluminismo tenha conquistado a razão como pilar social, ainda vigoravam os preceitos cristãos. Portanto, com base nesse pressuposto entende-se o motivo de instruírem a mulher para ser amável, casta e cultivar sua virtude e moral, sem a necessidade de um desenvolvimento intelectual. Ou seja, como houve uma associação do sexo feminino com Maria, consequentemente, sua principal função era o lar e os filhos.

Para tanto, na obra de Rousseau é evidenciada a representação da mulher como um ser inferior. Emílio pode legitimamente dominar Sofia, pois a natureza e o caráter das mulheres são inferiores aos homens. Para Rousseau, cabe à mulher cultivar sua beleza física a

favor de um matrimônio, caso contrário serão julgadas se não casarem. Além disso, deveriam ter postura, ser leal ao marido, saber cuidar dos filhos e do lar. Tais desideratos eram os únicos objetivos que elas aparentemente eram capazes de realizar. No entanto, o contraponto nessa visão sobre a mulher acha-se precisamente em Mary Wollstonecraft, que relativizou as ideias de Rousseau e lançou críticas ao principal filósofo do Iluminismo. Com efeito, sua principal ideia residiu no fato de não reduzir às mulheres e suas capacidades numa função específica: o lar, a mãe, a cuidadora, etc. Quer dizer, ser mulher não era apenas ser tratada como mãe e dona do lar. Tal argumento é asseverado quando a respectiva autora discutiu as ideias de Rousseau, pois entende que o problema não é ser mãe ou o fato de Sofia se dedicar a cultivar valores de "boa mulher". Segundo Mary Wollstonecraft, Sofia poderia ser uma "boa mulher" ou qualquer outra coisa. O importante era, portanto, não essencializar ou fixar rigidamente um padrão para a mulher na sociedade. Ora, se o Iluminismo procurou a emancipação pela via da razão, a autora Mary Wollstonecraft mostra que a libertação do ser humano também se daria pela questão de gênero.

Referências

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2010.

PAULA, João Antônio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GOUBERT. Jean-Pierre. **Família e saúde na França do século XVIII ao século XXI. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. São Paulo, v.17 nº 3 dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000300015. Acesso em: 02/05/2017.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Vestígios da educação da mulher em Portugal no século XVIII. In: ____. **Vestígios da educação feminina no século XVIII em Portugal**. São Paulo: Arte & Ciência, 2002. p. 33-62.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Sofia ou a Mulher. In: ____. **Emílio ou da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUSA, Alexandre Bueno Salomé de. São Tomas de Aquino e Santo Agostinho e a Mulher na Idade Media. **Revista Annales Faje**. São Paulo, v. 1, nº 1, 2016. Disponível em: http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/annales/article/view/3600/3678. Acesso em: 02/05/2017.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 1994.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Recebido em 2017-09-15
Publicado em 2018-01-01